



PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14.150-000 - Serrana-SP

www.serrana.sp.gov.br - info@serrana.sp.gov.br - 16 3987 9244

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO 1º QUADRIMESTRE DE 2024

1 Introdução

Em atenção à Lei Complementar Municipal 568/2023, em seu art 8º, § 3º, na qualidade de responsável pelo Controle Interno Municipal de Serrana, conforme Portaria nº 807/2017, de 29 de Maio de 2017, apresento em conformidade com o regimento previsto nos Artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, o relatório referente ao **1º quadrimestre do exercício de 2024**.

Destaca-se que a atuação deste controle interno carece de dedicação exclusiva e melhor estrutura de apoio, visto que atualmente o exercício da função fica restrito ao acompanhamento amostral e à captação de retornos sobre apontamentos já feitos em relatórios anteriores, junto aos responsáveis de cada setor.

Não há rotina de notificação a este controle interno, pelo chefe do poder executivo, dos relatórios emitidos pelo Tribunal de Contas.

Item	Questão	Método	Em conformidade?	Explicação/Relato/Justificativa
2	Peças de Planejamento Orçamentário			
2.1	Foram realizadas audiências públicas na fase de elaboração das peças de planejamento orçamentário (Art. 48, § Único, Inciso I da LRF) vigentes no período examinado?	E-mail	Sim	Fonte: Contabilidade
2.2	As peças de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) vigentes, encontram-se em conformidade com as disposições contidas no Artigo 165 e 167 da Constituição Federal, bem como Artigos 4º e 5º da LRF e Artigo 15 da Lei Federal nº 4320/64?	E-mail	Sim	Fonte: Contabilidade
2.3	As peças de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) vigentes, estabelecem, por programa de governo, custos estimados, indicadores e metas físicas de forma que permitam avaliar os resultados das ações governamentais?	E-mail	Não	As Secretarias já estão fazendo ajustes necessario para avaliação das metas físicas Fonte: Contabilidade
2.4	Existe compatibilidade entre os programas de governo previstos no PPA e aqueles constantes da LOA vigente?	E-mail	Sim	Fonte: Contabilidade
2.5	As metas físicas e indicadores definidos nas peças de planejamento orçamentário vigentes, possuem clareza suficiente para identificar o objetivo do programa de governo?	E-mail	Não	Fonte: Contabilidade
2.6	Na execução do orçamento, algum programa governamental vem apresentando metas físicas bem abaixo daquelas previstas nas peças de planejamento orçamentário?	E-mail	Não	Fonte: Contabilidade
2.7	Na execução do orçamento, algum programa governamental vem apresentando custos bem acima daqueles previstos nas peças de planejamento orçamentário?	E-mail	Não	Fonte: Diretoria da Fazenda
2.8	Na execução do orçamento, algum setor governamental vem apresentando insuficientes indicadores de gestão?	E-mail	Não	Fonte: Contabilidade
2.9	As alterações orçamentárias estão devidamente amparadas por autorizações legislativas, havendo lei específica para transposições, remanejamento e transferências?	E-mail	Sim	Fonte: Contabilidade

2

2.10	Há controle dos limites de alterações orçamentárias (suplementações, transposições, remanejamento e transferências) feitas por decreto?	E-mail	Sim	Fonte: Contabilidade
2.11	O encerramento do exercício contábil e fiscal do dois últimos quadrimestres, se deram no prazo regular, sem atraso para a transmissão ao sistema AUDESP.	E-mail	Não	Fonte: Contabilidade
3 A Lei de Acesso à Informação e a Lei de Transparência Fiscal				
3.1	O Serviço de Informação ao Cidadão vem cumprindo suas funções institucionais, fornecendo de forma tempestiva e objetiva as informações que lhes foram solicitadas (Lei Federal nº 12.527/11)?	E-mail	Parcial	/ identificamos que o sistema e-SIC apresenta informações desatualizadas, geradas antes de sua implementação pela Prefeitura Municipal de Serrana. Estamos cientes dessa questão e já estamos trabalhando para corrigi-la. As solicitações da população podem ser feitas normalmente, e as medidas necessárias estão sendo tomadas para normalizar o serviço. Garantimos que o atendimento não será afetado durante esse processo de correção. Fonte: Diretoria de TI)
3.2	Há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e despesas realizadas, indicando valor, fornecedor e se for o caso, o tipo de licitação realizada (Artigo 48-A da LRF)?	E-mail	Sim	As informações sobre as receitas arrecadadas e despesas realizadas são divulgadas em uma página eletrônica de forma transparente e em tempo real. Esses dados são atualizados diariamente por meio da integração dos sistemas de gestão, garantindo sua veracidade e atualização constante. As atualizações ocorrem em horários determinados, assegurando a precisão e a regularidade das informações disponibilizadas. Fonte: Diretoria de TI)
4 Execução financeira				
4.1	Os registros de receitas e despesas foram efetuados de forma tempestiva e em conformidade com o plano de contas e demais regramentos previstos na Lei Federal nº 4.320/64?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
4.2	As receitas arrecadadas e as despesas realizadas estão em consonância com a programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso previsto para o período em análise (Artigo 8º da LRF)?	E-mail	Parcial	Fonte: Diretoria da Fazenda
4.3	Estão sendo observados os alertas recebidos do Tribunal de Contas do Estado sobre eventual descompasso entre receitas e despesas?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
4.4	Existe um gerenciamento favorável no pagamento das dívidas de curto e longo prazo da entidade, inclusive precatórios? Tais dívidas estão corretamente contabilizadas?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
4.5	Os registros da tesouraria estão atualizados, isso através de conciliações bancárias mensalmente efetuadas?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
5 Receitas Próprias				
5.1	Foram instituídos e efetivamente arrecadados todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação (Artigo 11 da LRF)?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda

5.2	Houve concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, sem que fossem observados os regramentos previstos no Artigo 14 da LRF?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
5.3	O Cadastro Fiscal Mobiliário e Imobiliário está organizado e atualizado? A Planta Genérica de Valores está atualizada?	E-mail	Parcial	Fonte: Diretoria da Fazenda
5.4	A Fiscalização Tributária vem cumprindo seu papel institucional mediante o exercício de efetivas fiscalizações junto a seus contribuintes?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
5.5	A recuperação dos créditos inscritos em dívida ativa vem ocorrendo de forma satisfatória?	E-mail	Parcial	Fonte: Diretoria da Fazenda
5.6	Os valores inscritos em dívida ativa estão sendo corretamente contabilizados, sofrendo as devidas atualizações monetárias?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
5.7	Os cancelamentos dos créditos inscritos em dívida ativa estão adequadamente justificados?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
6 Receitas Vinculadas				
6.1	As receitas vinculadas a despesas específicas, como Multas de Trânsito, Royalties, CIDE, CIP, etc. estão sendo adequadamente aplicadas no objeto de sua vinculação, através da utilização de contas correntes bancárias específicas?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
7 Despesas				
7.1	No processo de geração de despesas estão sendo obedecidas as fases de empenho, liquidação e pagamento?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
7.2	Os processos de despesas estão devidamente formalizados, contendo a identificação do requisitante, a justificativa para a aquisição dos produtos e/ou serviços e os orçamentos previamente efetuados?	E-mail	Sim	Os processos são realizados conforme Lei 14.133/2021 (Fonte: Diretoria de suprimentos)
7.3	Está sendo observada a adequada modalidade de licitação, havendo preferência para o Pregão?	E-mail	Sim	Conforme Lei 14.133/21 (Fonte: Diretoria de suprimentos)
7.4	Os procedimentos licitatórios estão sendo corretamente formalizados, em especial amparados em sólida pesquisa de mercado, com seus editais amplamente divulgados, contendo uma correta e objetiva descrição de seu objeto e sem cláusulas restritivas?	E-mail	Sim	Conforme Lei 14.133/21 (Fonte: Diretoria de suprimentos)
7.5	Os contratos estão sendo devidamente formalizados e executados?	E-mail	Sim	Confeccionados conforme Lei 14.133/21 e acompanhados pelos gestores e fiscais. (Fonte: Diretoria de suprimentos)
7.6	Existe observância à ordem cronológica das exigibilidades prevista na legislação vigente?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
7.7	Existe controle dos limites de compras e contratações realizadas por Dispensa de Licitação?	E-mail	Sim	Conforme Lei 14.133/21 (Fonte: Diretoria de suprimentos)
7.8	As contratações terceirizadas com características de seção de mão-de-obra, estão sendo consideradas no índice de despesas com pessoal?	E-mail	Sim	Fonte: Contabilidade

7.9	Foram realizados parcelamentos com autorização legislativa no período? Qual o procedimento adotado para com os empenhos originais?	E-mail	Sim	Não foram realizados parcelamentos com autorização legislativa no período. Fonte: Diretoria da Fazenda
7.10	Há retenção de I.S.S. e I.R., sobre serviços contratados?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
8 Limites Constitucionais e Legais				
8.1	O Poder Executivo vem observando os limites impostos pela LRF em relação às despesas com pessoal, endividamento, concessões de garantia e operações de crédito (inclusive ARO)?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
8.2	Considerando o volume de receitas e despesas do período examinado, houve atendimento aos limites educacionais impostos pelo Artigo 212 da Constituição Federal e Artigo 60, Inciso II do ADCT?	E-mail	Sim	Fonte: Contabilidade
8.3	Considerando o volume de receitas e despesas do período examinado, houve atendimento ao piso constitucional de 15% para a Saúde?	E-mail	Sim	Fonte: Contabilidade
9 Demais Aspectos Relacionados à Educação e Saúde				
9.1	O Município já conta com o Plano Municipal de Educação e com o Plano de Carreira e Valorização do Magistério?	E-mail	Sim	Os Planos estão adequados com a legislação vigente. Fonte: Secretária da Educação
9.2	Os professores da Educação Básica dispõem de formação superior específica, sendo sua remuneração adequada com o Piso Nacional?	E-mail	Sim	Quase 100% dos professores têm formação superior e a maioria é pós-graduado. O município já adequou o piso do magistério ao piso nacional, através de lei específica. Fonte: Secretária da Educação
9.3	O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, o Conselho Municipal de Educação e o Conselho de Alimentação Escolar foram devidamente instituídos e vêm cumprindo as atribuições de sua competência?	E-mail	Sim	Todos os conselhos estão com seus mandatos em vigência e cumprindo suas funções. Fonte: Secretária da Educação
9.4	O Município vem atingindo as metas para o IDEB?	E-mail	Parcial	Fonte: Secretária da Educação
9.5	Há demanda de vagas na Rede Municipal de Ensino?	E-mail	Parcial	Nesta data a demanda é de 72 vagas para as creches municipais. Fonte: Secretária da Educação
9.6	As unidades escolares possuem toda a infraestrutura necessária ao adequado desenvolvimento de suas atividades?	E-mail	Sim	As escolas estão todas climatizadas, equipadas com aparelhos de multimídia e recebendo materiais e brinquedos didático-pedagógicos, além de equipamentos e eletrodomésticos. Fonte: Secretária da Educação
9.7	A Secretaria Municipal de Educação possui um mapa das salas, indicando os profissionais responsáveis e os alunos atendidos por turma?	E-mail	Sim	Fonte: Secretária da Educação
9.8	O Conselho Municipal de Saúde foi devidamente instituído e vem cumprindo as atribuições de sua competência?	E-mail	Sim	Fonte: Secretário da Saúde
9.9	Há demanda reprimida para a realização de consultas médicas e exames laboratoriais na Rede Municipal de Saúde?	E-mail	Parcial	Fonte: Secretário da Saúde
9.10	As unidades de saúde possuem toda a infraestrutura necessária ao adequado desenvolvimento de suas atividades?	E-mail	Parcial	Em partes, estimamos que 20% das unidades estão adequadas estruturalmente, 80% estão no planejamento da secretaria que está em desenvolvimento de melhorias ou por reforma com equipe própria ou com licitações. Porém 90% das unidades carecem de ações para regularizações documentais, licenças que também está em andamento (Fonte: Secretário da Saúde)

9.11	Há médicos credenciados atendendo nos E.S.F's? O auditor médico fiscaliza a execução dos contratos dos médicos credenciados?	E-mail	Parcial	Sim. Sim o auditor médico acompanha a execução, porém há gestores de contratos para realização da demanda. Iniciaremos no mês de Julho, uma jornada de formação e fiscalização de contratos, serviços e instrumentos pactuados com o terceiro setor. (Fonte: Secretário da Saúde)
10 Quadro de Pessoal				
10.1	O quantitativo de servidores efetivos e comissionados corresponde ao número de cargos criados por lei? Há definição de suas atribuições por lei? Há servidores em desvio de função?	E-mail	Parcial	Existem servidores em desvio de função motivados por restrições médicas, e outros casos em separados que estão listados para adequação na reforma administrativa que irá estabelecer descrição de cargo e atribuições conforme a legislação. (Fonte: Diretoria Administrativa)
10.2	Os cargos em comissão possuem os atributos de direção, chefia ou assessoramento exigidos pelo Artigo 37, V da Constituição Federal?	E-mail	Parcial	Estão enquadrados para adequação por meio da reforma administrativa. (Fonte: Diretoria Administrativa)
10.3	As admissões em caráter temporário foram devidamente justificadas?	E-mail	Sim	Foram admissões em caráter excepcional conforme demandas das Secretarias. (Fonte: Diretoria Administrativa)
10.4	Existem controles de presença dos servidores?	E-mail	Sim	O controle de ponto dos servidores é realizado por sistema biométrico. (Fonte: Diretoria Administrativa)
10.5	A remuneração dos agentes políticos e dos servidores encontram-se dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos (vencimentos, gratificações, adicionais, etc), havendo observância ao teto constitucional?	E-mail	Sim	Estão observados os limites constitucionais. (Fonte: Diretoria Administrativa)
10.6	Os encargos sociais estão sendo devidamente recolhidos?	E-mail	Sim	Fonte: Diretoria da Fazenda
10.7	Foi pago adicional por horas extraordinárias, por período superior à 90 dias, a algum servidor?	E-mail	Não	Devido à necessidade de continuação dos trabalhos, conforme demanda das Secretarias (Fonte: Diretoria Administrativa)
11 Demais aspectos				
11.1	Existem registros confiáveis quanto à exata identificação e localização dos bens de caráter permanente?	E-mail	Sim	Fonte: Contabilidade
11.2	Os controles de entrada, saída e estoque físico dos produtos em estoque são adequadamente elaborados?	E-mail	Sim	Através de sistema de requisição e entrega pelo almoxarifado ao setor requisitante. (Fonte: Diretoria de Suprimentos)
11.3	Estão sendo observados os alertas, recomendações e determinações do Tribunal de Contas, bem como aquelas efetuadas pelo próprio Sistema de Controle Interno?	E-mail	Parcial	
11.4	A Defesa Civil do Município está cumprindo seu papel de proteção e defesa da comunidade?	E-mail	Sim	Fonte: Defesa Civil Municipal
11.5	Os adiantamentos para despesas emergenciais estão seguindo os ritos legais e suas prestações de contas estão em conformidade com o regramento vigente?	Análise	Sim	Fonte: Contabilidade
11.6	Os termos de colaboração da Santa Casa estão sendo executados em conformidade? Há auditoria das contas?	E-mail	Sim	Não há relatos de execução em desconformidade. Solicitamos sempre as prestações de contas dos referidos termos e está previsto para Junho do presente ano uma avaliação mais aprofundada pela comissão de fiscalização e monitoramento da secretaria, tendo em vista a cessação da intervenção e o retorno da figura de entidade filantrópica. (Fonte: Secretário da Saúde)

11.7	As comissões de monitoramento e fiscalização dos termos de fomento e colaboração estão atuando de acordo com o regramento vigente?	Relatórios	Parcial	
11.8	Existe plano de segurança contra Cyberataques e backups dos arquivos municipais?	E-mail	Parcial	As normativas referentes à segurança cibernética estão em fase de elaboração, sendo que o texto base já está pronto e será submetido à análise jurídica e à Comissão de Gestão de Tecnologia da Informação. Prevemos que essas normativas, juntamente com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, serão publicadas ainda no primeiro semestre de 2024. Essas medidas visam garantir a segurança dos sistemas municipais contra ciberataques e assegurar a realização de backups dos arquivos municipais. Fonte: Diretoria de TI
11.9	Denúncias recebidas na ouvidoria sobre conduta de servidores	E-mail	Sim	Sem registros
11.10	Existe um plano de compras em atendimento à Lei 14.133/2021		Sim	Conforme pode ser consultado no portal de transparência do Município. http://www.serrana.sp.gov.br/plano-anual-contratacoes/ (Fonte: Diretoria de suprimentos)
11.11	Observações do Controle Interno			Este controle interno não tem sido cientificado das providências tomadas pelo executivo referentes aos apontamentos de seus relatórios.

Em face dos apontamentos acima elencados, submeto o presente relatório ao Exmo. Prefeito para as providências que houver por bem determinar.

Serrana, 30 de maio de 2024.

Fabício Segantini Pizzo

Controle Interno Municipal



Recebido em 30/05/24



Leonardo Caressato Capiteli
Prefeito Municipal